

renovada por igual período, se o INFARMED nada disser até 90 dias antes do termo do prazo.

19-03-2015. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Dr.ª Paula Dias de Almeida*.

208553296

Aviso n.º 4387/2015

Por despacho de 01-03-2015 no uso de competência delegada, de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro, autorizo a Santa Casa da Misericórdia de Bragança, com sede na Rua Emídio Navarro, 5300-210 Bragança, a adquirir diretamente aos produtores, grossistas e importadores substâncias estupefacientes, psicotrópicas e seus preparados, para uso exclusivo dos doentes internados nas suas instalações sitas na mesma morada, ao abrigo da Deliberação 09/CD/2010, de 20 de janeiro, sendo esta autorização válida por um ano a partir da data do despacho, e considerando-se renovada por igual período, se o INFARMED nada disser até 90 dias antes do termo do prazo.

19-03-2015. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Dr.ª Paula Dias de Almeida*.

208553239

Aviso n.º 4388/2015

Por despacho de 06-03-2015, no uso de competência delegada, de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro, autorizo a sociedade Confar — Consórcio Farmacêutico, L.ª, com sede social na Rua Sebastião e Silva, n.º 25, Zona Industrial de Massamá, 2745-838 Queluz, a comercializar por grosso substâncias estupefacientes, psicotrópicas e seus preparados, a partir das suas instalações sitas na Quinta das Drogas e da Verdelha, Fração A e E, 2615-381 Alverca do Ribatejo, sendo esta autorização válida por um ano a partir da data do referido despacho, e considerando-se renovada por igual período, se o INFARMED, I. P., nada disser até 90 dias antes do termo do prazo.

19-03-2015. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Dr.ª Paula Dias de Almeida*.

208553288

Aviso n.º 4389/2015

Por despacho de 16-03-2015, no uso de competência delegada, de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro, foi revogada a autorização patente no Aviso n.º 10334/2005 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 223, de 21-11-2005, para comercializar por grosso, importar e exportar substâncias estupefacientes, psicotrópicas e seus preparados, concedida à sociedade Companhia Portuguesa Higiene Pharma — Produtos Farmacêuticos, S. A., a partir das instalações sitas na Rua dos Bem Lembrados, n.º 141, Manique, 2645-471 Alcabideche.

19-03-2015. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Dr.ª Paula Dias de Almeida*.

208555378

Aviso n.º 4390/2015

Por despacho de 16-03-2015, no uso de competência delegada, de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro, foi revogada a autorização patente no Aviso n.º 4673/2014 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 68, de 07-04-2014, para comercializar por grosso, importar, exportar e trânsito de substâncias estupefacientes, psicotrópicas e seus preparados, concedida à sociedade Ferrer Hospitalar, S. A., a partir das instalações sitas na Rua dos Bem Lembrados, n.º 141, Manique, 2645-471 Alcabideche.

19-03-2015. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Dr.ª Paula Dias de Almeida*.

208555394

Aviso n.º 4391/2015

Por despacho de 20-03-2015, no uso de competência delegada, de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro, foi revogada a autorização patente no Aviso n.º 3759/2014 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 18-03-2014, para comercializar por grosso, importar e exportar substâncias estupefacientes, psicotrópicas e seus preparados, concedida à sociedade PLS Pharma, Produtos Farmacêuticos, L.ª, a partir das instalações sitas na Estrada dos Arneiros, n.º 4, 2050-544 Azambuja.

24-03-2015. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Dra. Paula Dias de Almeida*.

208552753

Aviso n.º 4392/2015

Por despacho de 25-03-2015, no uso de competência delegada, de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro, foi revogada a autorização patente no Aviso n.º 21787/2011 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 211, de 03-11-2011, para comercializar por grosso, importar, exportar e trânsito de substâncias estupefacientes, psicotrópicas e seus preparados, concedida à sociedade Movianto Portugal, S. A., a partir das instalações sitas em Pinheiros Park II, Casal Pinheiro, 2580-507 Carregado.

26-03-2015. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Dr.ª Paula Dias de Almeida*.

208552275

Aviso n.º 4393/2015

Por despacho de 26-03-2015, no uso de competência delegada, de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro, foi revogada a autorização patente no Aviso n.º 13171/2006 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 237, de 12-12-2006, para aquisição direta de substâncias estupefacientes, psicotrópicas e seus preparados, concedida ao Hospital José Luciano de Castro, a partir das instalações sitas na Rua da misericórdia, 3781-909 Anadia.

27-03-2015. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Dr.ª Paula Dias de Almeida*.

208552283

Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P.**Aviso n.º 4394/2015**

Para efeitos do n.º 2 do artigo 212.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e no seguimento do Aviso n.º 3334/2015, de 30 de março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 62, fica por este meio notificado Edilson Pereira, Técnico de Ambulância de Emergência do mapa de pessoal do Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P., para comparecer na sede Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P., sita na Rua Almirante Barroso, n.º 36, 5.º piso, 1000-013 Lisboa, para efeitos de inquirição, pelas 10:30 horas do 5 dia útil após a presente publicação.

6 de abril de 2015. — A Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Teresa Madureira*.

208552559

Aviso n.º 4395/2015

Torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P. (INEM, I. P.), de 15 de outubro de 2014, e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, concluíram com sucesso o período experimental, na sequência da celebração, com este instituto público, de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, os seguintes trabalhadores que ficam integrados na carreira de Assistente Técnico:

Nome	Avaliação
Carla Maria Alves Marques	15,86
Celso Manuel Luís Pereira	15,72
Paula Cristina da Costa Romeiro	15,49
Susana Raquel Rodrigues Araújo	15,37
Lina Sofia Venâncio Dias	15,3
Marta Filomena da Silva Pimenta	14,82
Paulo Fernando Lúcio Pereira	14,7
Vitor Manuel Ferreira Tinoco	14,58

7 de abril de 2015. — A Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Teresa Madureira*.

208557419

Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências**Aviso n.º 4396/2015**

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final, do

procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho, previsto e não ocupado, da carreira de Técnico Superior, do mapa de pessoal da Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT) de Braga, visando o exercício de funções em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, conforme Aviso de abertura n.º 11499/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 200, de 16 de outubro de 2014.

Lista unitária de ordenação final

Candidatos aprovados

Ordenação	Nome	Classificação
1.º Classificado	Carla Liliana Alves Coelho	16,02 valores
2.º Classificado	Adília Maria Morais Araújo	15,95 valores
3.º Classificado	Sofia Raquel da Silva Dias	15,39 valores

Candidatos excluídos

Maria Margarida Jacoto Lourenço a)
Sandra Cristina Caçador Barqueta Paiva a)
Teresa Cláudia Carvalho Cunha b)

a) Não compareceram à Entrevista Profissional de Seleção
b) Nota inferior a 9,5 valores no método de avaliação curricular

A presente lista foi homologada por meu despacho de 06 de abril de 2015, tendo sido afixada na respetiva Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência de Braga e publicitada na página eletrónica do SICAD.

06-04-2015. — O Diretor-Geral, *João Castel-Branco Goulão*.
208556836

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Secretaria-Geral

Despacho n.º 4104/2015

Tendo sido dado cumprimento ao estabelecido nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto e concluído o procedimento concursal para o provimento do cargo de diretor de serviços de Gestão do Património, cargo de direção intermédia de 1.º grau, com as competências constantes do artigo 9.º da Portaria n.º 150/2012, de 16 de maio, e conforme Aviso publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 193, de 7 de outubro de 2014, o júri, na ata final que integra o respetivo procedimento concursal propôs, fundamentadamente, a designação da licenciada Ana Maria Alambre Teixeira Gomes, por reunir as condições exigidas para o cargo a prover.

Nestes termos, e atento o disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, concordo com a proposta do júri, pelo que designo em comissão de serviço, precedendo concurso, para o cargo de diretora de serviços de Gestão do Património desta Secretaria-Geral, a licenciada Ana Maria Alambre Teixeira Gomes, por ter demonstrado a competência técnica, aptidão, formação e experiência profissional necessárias para o exercício do cargo, bem como o perfil adequado para a prossecução das atribuições que o mesmo exige, conforme resulta da respetiva nota curricular, anexa ao presente despacho.

A presente designação produz efeitos a 1 de abril de 2015.

1 de abril de 2015. — O Secretário-Geral do Ministério, *Raul Capaz Coelho*.

ANEXO

Síntese Curricular

Dados biográficos:

Nome: Ana Maria Alambre Teixeira Gomes.

Data de Nascimento: 08-09-1955.

Lugar de origem: Especialista de Informática, Grau 3, Nível 2 da carreira de Especialista de Informática do mapa de pessoal da Secretaria-

-Geral do Ministério da Educação e Ciência, com Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado.

Habilitações académicas e formação complementar:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia — Universidade Técnica de Lisboa;

Diversos cursos de formação profissional, designadamente nas áreas de gestão e organização e de sistemas e tecnologias de informação.

Experiência profissional:

2012/2015 — Diretora de Serviços de Gestão do Património na Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência;

2010/2012 — Diretora de Serviços de Sistemas e Tecnologias de Informação na Secretaria-Geral do Ministério da Educação;

2005/2010 — Especialista de Informática, Grau 3, Nível 2, a exercer funções na Direção de Serviços de Sistemas e Tecnologias de Informação na Secretaria-Geral do Ministério da Educação;

2000/2004 — Diretora da Direção de Tecnologias e Sistemas de Informação, Diretora Operacional de nível 2 da Direção Operacional de Tecnologias de Informação, Especialista de Informática, no INFARMED;

1998/2000 — Chefe de Divisão de Aplicações da Direção de Serviços de Informática na Direção Geral de Transportes Terrestres;

1996/1997 — Coordenadora da Área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas de Informação e Aplicações do Gabinete de Organização, Gestão e Informática da Secretaria Geral do Ministério da Educação;

1994/1996 — Diretora de Serviços de Documentação, Informação e Relações Públicas, acumulando com a coordenação do Sector de Informática, na Secretaria-Geral do Ministério da Educação;

1991/1996 — Responsável pelo Sector de Informática, Técnica Superior da Carreira de Informática na Secretaria Geral do Ministério da Educação;

1990/1991 — Técnica Superior de Informática na Direção Geral de Contribuições e Impostos — Serviço de Informática Tributária;

1983/1990 — Técnica Superior de Informática no Instituto Nacional de Estatística

1981/1983 — Técnica Superior de 2.ª classe, na Direção Geral de Pessoal do ex-Ministério da Educação — Direção de Serviços de Formação e Organização, Divisão de Organização;

1979/1981 — Professora do Ensino Básico e Secundário.

Outras atividades ou trabalhos:

No âmbito das funções e tarefas que tem assegurado, participou em diversas comissões, conferências e grupos de trabalho nacionais e internacionais.

208550403

Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior

Deliberação n.º 612/2015

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 99/99, de 30 de março, 26/2003, de 7 de fevereiro, 76/2004, de 27 de março, 158/2004, de 30 de junho, 147-A/2006, de 31 de julho, 40/2007, de 20 de fevereiro, 45/2007, de 23 de fevereiro, 90/2008, de 30 de maio, e retificado pela Declaração de Retificação n.º 32-C/2008, de 16 de junho

Considerando o disposto no artigo 1.º da Deliberação n.º 889/2013, de 14 de fevereiro, da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior;

Tendo em conta as disposições legais constantes da Portaria n.º 1031/2009, de 10 de setembro;

A Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior delibera o seguinte:

1.º

Fixação de elencos de provas de ingresso para efeitos de candidatura a cursos que iniciam a sua lecionação no ano letivo de 2015/2016

1 — Nos termos do previsto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de setembro, o elenco de provas de ingresso encontra-se organizado em subelencos por áreas de estudo.

2 — As instituições de ensino superior que preveem a lecionação de novos cursos a partir do ano letivo de 2015/2016, inclusive, devem afetar os referidos cursos a uma das áreas de estudos definidas nos termos do anexo I da presente Deliberação, consoante a área científico-pedagógica em que aqueles se inserem.

3 — De entre os subelencos de provas de ingresso, afetos às áreas de estudos definidas nos termos do n.º 1, as instituições de ensino superior escolhem as provas de ingresso que pretendem fixar para cada um dos seus novos cursos, considerando a área de estudos a que estes passam a